

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 28 de setembro de 2021 • Nº 1161 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

TESOURO

Dívida Pública se aproxima de R\$ 5,5 tri

Mesmo com queda expressiva das emissões de títulos públicos, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em agosto e aproximou-se de R\$ 5,5 trilhões. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,396 trilhões em julho para R\$ 5,481 trilhões em agosto, al-

ta de 1,57%. O Tesouro prevê que a DPF continuará subindo nos próximos meses. De acordo com a nova versão do Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentada no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em

títulos) interna (DPMFi) subiu 1,59%, passando de R\$ 5,155 trilhões em julho para R\$ 5,237 trilhões em agosto. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 44,78 bilhões em títulos a mais do que resgatou. Também houve a apropriação de R\$ 37,37 bilhões em juros. **PÁGINA 2**

COVID-19

CPI vai ouvir advogada de médicos e Luciano Hang

A CPI da Covid ouviu nesta semana a advogada Bruna Morato, representante dos médicos da Prevent Senior que realizaram denúncias contra a empresa, além do empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan e apoiador do presidente Jair Bolsonaro. As falas devem servir para aprofundar apurações sobre supostas irregularidades em unidades da operadora e possível elo entre o governo federal e entes privados para promover tratamento sem eficácia para Covid-19. O primeiro depoimento será o da advogada, hoje. Um dossiê entregue à CPI por 15 médicos que trabalharam na Prevent, representados pela defensora, aponta que pacientes e parentes não eram consultados sobre a administração de medicamentos do chamado "kit Covid". Em particular, o documento menciona suposta mudança nos prontuários do médico Anthony Wong e Regina Hang, mãe de Luciano Hang. **PÁGINA 3**

COMBUSTÍVEIS

Petrobras ignora 'função social' e seguirá com reajuste de preços



Cerca de cinco horas depois que o presidente Jair Bolsonaro disse que discute maneiras de reduzir o preço dos combustíveis, a Petrobras convocou entrevista para reafirmar sua política de preços e admitiu que os valores podem ser elevados para corrigir a defasagem atual. "Começo afirmando que não há nenhuma mudança na política de preços da Petrobras", disse o presidente da estatal, Joaquim Sil-

va e Luna (foto). "Continuamos trabalhando da forma que sempre trabalhamos", completou, defendendo que uma Petrobras forte consegue dar maior contribuição ao país. Na manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que havia se reunido com o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) para discutir formas de diminuir o preço dos combustíveis "na ponta da linha". **PÁGINA 2**

CNI

Confiança da indústria de construção tem forte recuo

PÁGINA 2

DOAÇÃO

Transplantes em São Paulo aumentam 52% em 2021

PÁGINA 3

FORÇAS ARMADAS



Bolsonaro admite que ordens absurdas suas não seriam cumpridas

O presidente Jair Bolsonaro (foto) afirmou ontem que as Forças Armadas não cumpriram "uma ordem absurda" dada por ele. A declaração ocorreu no Palácio do Planalto, durante cerimônia alusiva aos mil dias de seu governo. "As Forças Armadas estão aqui. Elas estão ao meu comando, sim, ao meu comando. Se eu der uma ordem absurda, elas vão cumprir? Não. Nem a mim nem a governo nenhum. E as Forças Armadas têm que ser tratadas com respeito", disse. "Quando criaram a (pasta da) Defesa em 1999 não foi por uma necessidade militar, foi por uma imposição política, para tirar os militares deste prédio (Palácio do Planalto)", acrescentou o presidente. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,27% / 113.583,01 / 300,34 / Volume: 30.792.216.035 / Quantidade: 3.814.923										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,66% (ago.)	EURO turismo
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,87% (ago.)	Compra: 6,3780	Venda: 6,5578
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Índice Bovespa				até o dia 27/set	Compra: 5,3472	Venda: 5,3478	
BRFS3 ON NM	26,28	+7,00	+1,72	MELI3 ON NM	6,59	-5,18	-0,36	VALE ON ED NM	78,80	+1,43	+1,11	Dow Jones	34.869,37	+0,21		
MARFR3 ON NM	24,28	+7,15	+1,62	VIA ON NM	8,10	-4,71	-0,40	PETROBRAS PN N2	27,14	+0,89	+0,24	NASDAQ Composite	14.969,969	-0,52		
PETRORIO ON NM	23,11	+5,09	+1,12	BANCO INTER UNT N2	58,71	-3,88	-2,37	ITAUUNIBANCO PN N1	29,05	+2,61	+0,74	Euro STOXX 50	4.168,38	+0,29		
SANTANDER BRUNT	36,49	+3,78	+1,33	MAGAZ LUIZA ON NM	15,01	-3,97	-0,62	BRABCO PN N1	20,87	+3,01	+0,61	CAC 40	6.650,91	+0,19		
BRABCO PN N1	20,87	+3,01	+0,61	BANCO INTER PN N2	19,58	-3,69	-0,75	GERDAU PN N1	26,72	+0,38	+0,10	FTSE 100	7.063,4	+0,17		
														Compra: 5,3777	Venda: 5,3783	
														EURO comercial		
														Compra: 5,4061	Venda: 5,5861	
														EURO turismo		
														Compra: 6,2907	Venda: 6,2914	

DocuSigned by:

Autentico
Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site

www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Dólar sobe pela quarta vez seguida; Bovespa fecha em alta de 0,27%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em meio a tensões no mercado doméstico e externo, o dólar subiu pelo quarto dia seguido e voltou a fechar no maior valor em mais de um mês. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em leve alta, beneficiada pela valorização das commodities (bens primários com cotação internacional).

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,379, com alta de R\$ 0,035 (+0,66%). A cotação iniciou o dia em baixa, chegando a cair para R\$ 5,31 nos primeiros minutos de negociação, mas inverteu a tendência e passou a subir ainda du-

rante a manhã, até fechar próxima da máxima do dia.

A moeda norte-americana está no maior nível desde 20 de agosto, quando havia encerrado a R\$ 5,385. A divisa acumula valorização de 4% apenas em setembro. Em 2021, a alta acumulada chega a 3,66%.

No mercado de ações, o dia foi menos instável. O Índice Bovespa (Ibovespa), alternou altas e baixas ao longo da sessão, mas fechou aos 113.583 pontos, com alta de 0,27%. O indicador teve ajuda de ações de empresas exportadoras de minérios e de petróleo, beneficiada pela valorização global das commodities, e de papéis de instituições financeiras.

CNI

Confiança da indústria de construção tem forte queda em setembro

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) da indústria de construção apresentou forte queda em setembro, recuando 5 pontos em relação ao apurado em agosto, informou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Neste mês, o índice ficou em 54,7, a maior queda do índice desde março de 2021. O índice varia de zero a cem pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança do setor de indústria e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança do empresariado. Quanto mais próximo de zero, menor a confiança.

"Entre agosto e setembro, o índice de condições atuais da economia brasileira recuou de 51,3 pontos para 42,3 pontos. Ao ficar abaixo da linha divisória de

50 pontos, o índice reflete a transição de uma percepção positiva para uma percepção negativa da economia brasileira. Já o índice de expectativas da economia brasileira também apresentou uma forte queda, de 8 pontos, porém permanece acima da linha divisória de 50 pontos", informou a confederação.

A CNI disse que o resultado de setembro foi marcado por uma deterioração da percepção das condições atuais e das expectativas sobre a economia brasileira.

Ainda de acordo com a confederação, alinhadas à queda de confiança, as expectativas dos empresários da indústria da construção com relação às variáveis relacionadas à atividade também caíram, embora em menor magnitude.

TESOURO

Dívida Pública sobe 1,57% e se aproxima de R\$ 5,5 tri

Mesmo com queda expressiva das emissões de títulos públicos, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em agosto e aproximou-se de R\$ 5,5 trilhões. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,396 trilhões em julho para R\$ 5,481 trilhões em agosto, alta de 1,57%.

O Tesouro prevê que a DPF continuará subindo nos próximos meses. De acordo com a nova versão do Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentada no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 1,59%, passando de R\$ 5,155 trilhões em julho para R\$ 5,237 trilhões em agosto. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 44,78 bilhões em títulos a mais do que resgatou. Também houve a apropriação de R\$ 37,37 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública.

Depois de mais de um ano superando os R\$ 100 bilhões mensais, as emissões começaram a cair. Em agosto, o Tesouro emitiu R\$ 70,69 bilhões, o menor nível

de emissão desde abril de 2020, quando o mercado ficou parcialmente paralisado após o início da pandemia da Covid-19. Os resgates da DPMFi somaram R\$ 25,91 bilhões, influenciados principalmente pelo vencimento de R\$ 24,11 bilhões em títulos corrigidos por índices de preços.

A alta também foi impulsionada pela Dívida Pública Federal externa (DPFe), que subiu 1,09%, passando de R\$ 240,87 bilhões em julho para R\$ 243,51 bilhões em agosto. O principal fator foi a assinatura de financiamentos estrangeiros de R\$ 1,34 bilhão no mês passado. A valorização de 0,42% do dólar em agosto também contribuiu para a elevação.

Nos últimos meses, o Tesouro tinha intensificado a emissão de títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos). Essa reserva subiu de R\$ 1,160 trilhão em julho para R\$ 1,227 trilhão em agosto.

Atualmente, o colchão cobre quase um ano de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,364 trilhão em títulos federais.

Nos primeiros meses da pandemia da covid-19, o governo

queimou parte desse colchão para compensar a instabilidade no mercado financeiro. Em agosto do ano passado, o Banco Central teve de repassar ao Tesouro R\$ 325 bilhões para ajudar a recompor essa reserva. O restante está sendo feito com as novas emissões.

Em abril, a Emenda à Constituição do Novo Marco Fiscal, originária da PEC Emergencial, reforçou o colchão com mais R\$ 140 bilhões da desvinculação do superávit de fundos públicos.

As altas recentes da taxa Selic estão atraindo o interesse pelos títulos corrigidos pelos juros básicos da economia e mudando a composição da DPF. A proporção de títulos vinculados à Selic subiu de 35,67% para 36,11%. O PAF prevê que o indicador feche 2021 entre 33% e 37%.

A fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu de 32,05% para 31,86%. A nova versão do PAF prevê que a fatia da inflação na dívida pública encerre o ano em uma faixa entre 31% e 35%.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF caiu levemente, de 27,59% para 27,35%. Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública fi-

cou praticamente estável, passando de 4,69% para 4,68%. Os dois tipos de indexadores estão dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2021, entre 26% e 30% para os papéis vinculados à inflação e entre 3% e 7% para o câmbio.

As instituições financeiras seguem como principais detentores da Dívida Pública Federal interna, com 31% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 24,1%, e os fundos de pensão, com 22%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Apesar das turbulências no mercado financeiro em agosto, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu levemente de 9,7% em julho para 9,8% em agosto. O percentual retornou ao nível de março de 2020, no início da pandemia da covid-19. Os demais grupos somam 13,2% de participação, segundo os dados apurados no mês.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

COMBUSTÍVEIS

Petrobras ignora 'função social' e vai seguir com reajuste de preços

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

Cerca de cinco horas depois que o presidente Jair Bolsonaro disse que discute maneiras de reduzir o preço dos combustíveis, a Petrobras convocou entrevista para reafirmar sua política de preços e admitiu que os valores podem ser elevados para corrigir a defasagem atual.

"Começo afirmando que não há nenhuma mudança na política de preços da Petrobras", disse o presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna. "Continuamos trabalhando da forma que sempre trabalhamos", completou, defendendo que uma Petrobras forte consegue dar maior contribuição ao país.

Na manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que havia se reunido com o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) para discutir formas de diminuir o preço dos combustí-

veis "na ponta da linha".

"Alguém acha que eu não queria a gasolina a R\$ 4 ou menos? O dólar a R\$ 4,50 ou menos? Não é maldade da nossa parte, é uma realidade. E tem um ditado que diz 'nada não está tão ruim que não possa piorar'. Nós não queremos isso porque temos um coração aberto", declarou.

A entrevista da Petrobras foi convocada após as declarações do presidente. Nela, Silva e Luna repetiu que a empresa ainda segue a paridade internacional, mas não repassa volatilidades pontuais do cenário externo ao consumidor brasileiro.

As ações da estatal, que tinham iniciado o pregão desta segunda subindo quase 2% impulsionadas pela alta do petróleo, passaram a devolver os ganhos ao longo da tarde, após as declarações de Bolsonaro sobre os preços dos combustíveis.

O temor de intervenção na política de preços da Petrobras, no entanto, se dissipou com a entrevista coletiva da empresa, e os papéis da estatal iniciaram uma recuperação a tempo de encerrar o pregão em alta de 0,89%.

A gestão de Silva e Luna reduziu de forma abrupta o ritmo de reajustes: a gasolina não é alterada desde 12 de agosto e o diesel, desde 6 de julho. E, embora o mercado financeiro defenda que a política de paridade continua sendo seguida, a defasagem dos preços internos só aumenta.

O diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Mastella, reconheceu que há hoje defasagem e disse que a empresa avalia aumentos. "Pontualmente, os preços estão sim defasados, o que significa que estamos avaliando ajuste dos preços."

Segundo estimativa da Abicom (Associação Brasileira dos

Importadores de Combustíveis), o litro do diesel é vendido no Brasil R\$ 0,46 mais barato do que a paridade de importação, conceito que estima quanto custaria para trazer o produto do exterior. No caso da gasolina, a diferença seria de R\$ 0,31 por litro.

E a pressão por reajustes tende a crescer, já que analistas começam a rever para cima suas projeções para a cotação internacional do petróleo. O banco Goldman Sachs, por exemplo, já fala em US\$ 90 por barril até o fim do ano, US\$ 10 a mais do que a estimativa anterior.

"O déficit atual entre oferta e demanda é maior do que esperávamos, com a recuperação da demanda após o impacto da variante Delta mais rápida do que o esperado e o suprimento global permanecendo abaixo do esperado", dizem os analistas do banco.

MERCADO LIVRE

Setor de energia elétrica vai cobrar agilidade do governo

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

O setor de energia elétrica vai cobrar celeridade do governo Bolsonaro na implementação do mercado livre durante a discussão da audiência pública marcada para hoje, na comissão de Minas e

Energia da Câmara dos Deputados.

O projeto de lei que trata do tema quer alterar o modelo regulatório do setor, permitindo a portabilidade das contas de luz entre as distribuidoras e a escolha do fornecedor de energia pelo consumidor.

A Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia), que vai participar da audiência, defende que o momento de preços altos é propício para a mudança. "No início do governo, o ministro Bento Albuquerque disse que a prioridade era abrir o mercado

elétrico. Já se passaram mil dias e continuamos aguardando aqui", diz Reginaldo Medeiros, presidente da entidade.

Ele afirma que, se a medida tivesse sido tomada antes, a dimensão da crise hídrica seria menor porque a demanda teria reagido mais rapidamente.

Estão confirmadas as pressões de integrantes do Ministério de Minas e Energia e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), associações de consumidores e comercializadores de energia, além de entidade de defesa do consumidor.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

LEONARDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

FORÇAS ARMADAS

Bolsonaro: ordens absurdas suas não seriam cumpridas

RICARDO DELLA
COLETTA/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que as Forças Armadas não cumpriram "uma ordem absurda" dada por ele. A declaração ocorreu no Palácio do Planalto, durante cerimônia alusiva aos mil dias de seu governo.

"As Forças Armadas estão aqui. Elas estão ao meu comando, sim, ao meu comando. Se eu der uma ordem absurda, elas vão cumprir? Não. Nem a mim nem a governo nenhum. E as Forças Armadas têm que ser tratadas com respeito", disse.

"Quando criaram a (pasta da) Defesa em 1999 não foi por uma necessidade militar, foi por uma

imposição política, para tirar os militares deste prédio (Palácio do Planalto)", acrescentou o presidente.

"Alguns criticam que eu boiei militar demais (no governo), mais até, proporcionalmente, do que os governos (militares) de Castello Branco e Figueiredo. Sim, é verdade, é meu círculo de amizade. Assim como de outros presidentes foram outras pessoas, era o círculo de amizades deles."

Ao longo dos últimos meses, Bolsonaro promoveu uma escalada de declarações autoritárias que geraram tensão entre opositores e governadores. Ele chegou a questionar a realização das eleições em 2022 e a afirmar que sua derrota na campanha

pela reeleição só seria possível em caso de fraude.

Causou apreensão também a adesão de policiais militares ao bolsonarismo e declarações do presidente sobre as Forças Armadas. Em mais de uma ocasião neste ano, Bolsonaro usou a expressão "meu Exército", o que gerou críticas por ser interpretada como uma tentativa de politizar a instituição.

Ele também se referiu às Forças Armadas como "poder moderador" -apesar de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) estabelecer que militares não têm essa atribuição.

Bolsonaro liderou manifestações de cunho golpista no feriado do 7 de Setembro. Na ocasião, o chefe do Executivo ameaçou o

STF e o presidente da corte, ministro Luiz Fux, e disse que não mais cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes. Dias depois, divulgou uma nota retórica em que fazia um recuo tático.

"Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar", afirmou à época no texto redigido com a ajuda do ex-presidente Michel Temer (MDB).

A mudança de tom de Bolsonaro após repetidos xingamentos a integrantes do STF desagradou grupos bolsonaristas, foi elogiada pelos presidentes do Senado e da Câmara, mas vista com ceticismo pelos magistrados.

COVID

CPI ouve advogada de médicos e Hang para fechar cerco à Prevent

MATEUS VARGAS E MARCELO
ROCHA/FOLHAPRESS

A CPI da Covid ouve nesta semana a advogada Bruna Morato, representante dos médicos da Prevent Senior que realizaram denúncias contra a empresa, além do empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan e apoiador do presidente Jair Bolsonaro.

As falas devem servir para aprofundar apurações sobre supostas irregularidades em unidades da operadora e possível elo entre o governo federal e entes privados para promover tratamento sem eficácia para Covid-19.

O primeiro depoimento será o da advogada, hoje. Um dossiê entregue à CPI por 15 médicos que trabalharam na Prevent, apresentados pela defensora, aponta que pacientes e parentes não eram consultados sobre a administração de medicamentos do chamado "kit Covid".

Em particular, o documento menciona suposta mudança nos prontuários do médico Anthony Wong e Regina Hang, mãe de

Luciano Hang.

Os senadores do grupo majoritário da CPI já trabalham internamente com a possibilidade de adiar por mais tempo a conclusão das atividades da comissão, em previsões que variam do meio ao fim de outubro. O principal motivo é a evolução da apuração envolvendo a Prevent Senior.

À reportagem o relator Renan Calheiros (MDB-AL) fez uma avaliação domingo de que a CPI terá, no máximo, mais duas semanas de depoimentos. "Da minha parte, tão logo tenhamos o último depoimento, apresentarei o relatório", afirmou.

Outro integrante da comissão, Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que a investigação parlamentar se dedicará a fechar "a ponta da Prevent Senior" no tempo que lhe resta.

"Acho que podemos concluir na primeira semana de outubro. Renan tem trabalhado nos fins de semana e já tem o relatório praticamente pronto", disse Alencar.

Integrantes da CPI dizem acreditar que merece atenção a

possível relação da Prevent com o governo Bolsonaro, principalmente pela suspeita de o Ministério da Saúde ter usado um protocolo da operadora para incentivar a utilização do chamado "kit Covid", com remédios ineficazes contra a doença.

Já Hang deve ser ouvido amanhã. A convocação do empresário não foi consenso nos bastidores do grupo majoritário da CPI. Alguns senadores avaliam que Hang tem pouco a acrescentar na apuração e que a sessão pode virar só um palco para que ele defenda o que chama de tratamento precoce.

Há a percepção, porém, de que os depoimentos voltarão a colocar em evidência o gabinete paralelo, suposta estrutura de aconselhamento de Bolsonaro para temas da pandemia, fora da estrutura do Ministério da Saúde.

O depoimento do dono das lojas Havan ganhou força, após a convocação, por documentos divulgados pela TV Globo que indicam que Hang financiou o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos graças à ajuda do de-

putado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Hang, Eduardo e o blogueiro negaram este financiamento. O canal Terça Livre, de Allan dos Santos, é investigado em dois inquéritos no STF (Supremo Tribunal Federal) por disseminar fake news e incitação ao crime contra autoridades.

Hang também teve reuniões durante a pandemia com integrantes do governo para pressionar pela flexibilização da venda de vacinas contra Covid-19 ao setor privado, no momento de escassez de doses ao SUS.

A proposta encabeçada por ele e pelo empresário Carlos Wizard era de doar parte das vacinas à rede pública.

O dossiê entregue à CPI indica que o prontuário médico da mãe de Hang cita como causa da sua morte a consequência de uma pneumonia bacteriana, e não a Covid, motivo pelo qual foi internada.

O documento, com cerca de 2.000 páginas, foi elaborado pela Prevent Senior, operadora que controla o hospital em que Regina Hang morreu.

ALESP

Deputados protocolam pedido de CPI da Prevent

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

Deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo protocolaram ontem um pedido de abertura de CPI para investigar suspeitas de irregularidades na operadora de planos de saúde Prevent Senior.

Eram necessárias 32 assinaturas para apresentar a solicitação e os parlamentares conseguiram 40. O Legislativo paulista tem 94 deputados. O autor do requerimento é o deputado estadual Paulo Fiorilo (PT).

Segundo o presidente da Casa, Carlão Pignatari (PSDB), o requerimento irá tramitar com urgência e será publicado no Diário Oficial de hoje.

A Prevent tornou-se alvo da CPI da Covid no Congresso Nacional depois que um grupo de médicos elaborou dossiê no qual denunciaram que a Prevent usava seus hospitais como laboratórios para estudos com a hidroxicloroquina e outros medicamentos do chamado "Kit Covid".

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Produção de remédio contra câncer para em 2 semanas se governo não liberar verba

PAULO SALDAÑA/FOLHAPRESS

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, afirmou ontem que os R\$ 19 milhões liberados para a retomada da produção de insumos para tratamento de câncer só garantem duas semanas de trabalho. A previsão do governo Jair Bolsonaro é de que os serviços sejam retomados no dia 1º.

A produção dos radiofármacos foi interrompida no dia 20 deste mês por falta de recursos do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares). O órgão enviou ofícios informando a interrupção da produção no

dia 14.

Mas somente na quarta-feira passada o governo publicou o remanejamento dos R\$ 19 milhões para retomar a produção. Há no Congresso um projeto, desde agosto, para abertura de crédito extra de R\$ 34 milhões, mas a base do governo não se mobilizou para sua aprovação até agora.

"Volta a produção mas a situação ainda é crítica, pode parar de novo se não entrar o recurso [novo]", disse o ministro em audiência na Câmara.

Esses elementos químicos radioativos são essenciais para a medicina nuclear. São usados

principalmente para tratamento de câncer, em sessões de radioterapia, mas também são úteis para outras enfermidades, como doenças cardiológicas e epilepsia.

Hospitais brasileiros indicam que vão cancelar ou adiar procedimentos por causa do desfalque na produção de radiofármacos gerado pelo corte de verba federal. A maior parte dos afetados é de pacientes que fazem tratamento contra câncer.

Marcos Pontes falou na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara sobre a situação na tarde desta segunda.

DOAÇÃO

Transplantes em São Paulo sobem 52% e atingem 4.928 em 2021

CAMILA MACIEL/ABRASIL

O total de transplantes realizados em São Paulo aumentou 52% até agosto deste ano, na comparação com igual período do ano passado. Em 2020, foram 3.237 procedimentos. De janeiro a agosto de 2021, mesmo com a continuidade da pandemia de Covid-19, o número já chega a 4.928, segundo balanço da Secretaria de Estado da Saúde, divulgado ontem.

O governo paulista aponta que a melhora dos números é atribuída a três fatores: definição de protocolos de prevenção para os cirurgias, avanço da vacinação e queda de indicadores da infecção de covid-19.

Em 2021, houve até agosto, 81 transplantes de coração, 77 de pâncreas, 1.106 de rim, 407 de fígado e 34 de pulmão, além de 3.223 de córnea. No ano passado, foram 75 de coração, 54 de pâncreas, 1.128 de rim, 477

de fígado, 19 de pulmão e 1.486 de córnea.

Segundo a secretaria, diante da pandemia, foram adotados novos protocolos com triagem clínica de potenciais doadores e testes de Covid-19 antes de qualquer procedimento.

São Paulo tem, atualmente, mais de 13,7 mil pacientes aguardando um transplante de rim, 389 de fígado, 142 de coração, 117 de pulmão, sete de pâncreas e 3.484 de córneas.

COMO SER UM DOADOR

Quem quiser ser doador, basta comunicar aos familiares esse desejo. Eles são responsáveis por autorizar a doação, considerando apenas pessoas com até o segundo grau de parentesco.

O Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece que não podem ser doadoras pessoas com diagnóstico de Covid-19 com menos de 28 dias de regressão completa dos sintomas.

SEGURANÇA PÚBLICA

SP inaugura Centro Integrado de Inteligência

O Governador João Doria participou, ontem, da cerimônia de inauguração do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública da Região Sudeste (CIISPR-SE), que terá sede na cidade de São Paulo.

A iniciativa, acolhida de imediato pelo Governo do Estado e sob coordenação do Ministério da Justiça de Segurança Pública (MJSP), vai reunir representantes das forças de segurança paulista e dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais para a realização de trabalho conjunto no combate a crimes violentos e organizado.

"O Centro Integrado de Segurança Pública da Região Sudeste nasceu de uma das nossas reuniões do Cosud. É uma ideia que nós, governadores, alimentamos já em 2019. Essa iniciativa aumenta a cooperação técnica e permite uma programação ainda mais eficiente da Segurança Pública no país. Isso fortalece as nossas relações, integra os programas de Segurança e aumenta a proteção aos cidadãos", destacou Doria.

A cerimônia foi realizada no Palácio dos Bandeirantes e contou com as presenças dos governadores de Minas Gerais, Romeu Zema Neto, e do Rio de Janeiro, Cláudio Bomfim de Castro e Silva; do Secretário da Justiça do Espírito Santo, Marcello Paiva, do Secretário de Operações Integradas do Ministério da Justiça, Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo, e do Secretário de Segurança Pública de SP, João Camilo Pires de Campos.

"O grande exemplo dessa agradável tarde aqui em SP é podermos ver essa integração. É podermos perceber o diálogo e que ninguém sozinho consegue resolver o problema. O problema da Segurança, não adianta um estado resolver; não adianta só o Governo Federal querer fazer algo individual. O que

adianta sim, de verdade, e que dará resultado é a união de todos esses entes. Os verdadeiros resultados serão atingidos assim: em conjunto", afirmou Cláudio Castro.

O CIISPR-SE faz parte de uma estrutura criada pela Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do MJSP, por meio da sua Diretoria de Inteligência (DINT), e terá como atribuição reunir representantes de todas as Agências Inteligência de Segurança Pública (AISP) da Região Sudeste do país. Os quatro estados farão o compartilhamento de dados e informações a fim de que sejam planejadas e executadas medidas de prevenção e repressão à criminalidade.

"É uma satisfação enorme estarmos participando desse momento que representa um avanço na Segurança Pública de Minas Gerais e de todo Brasil. Nós estamos aqui avançando, trocando informações. Esta integração é importantíssima, é um passo muito grande e fico muito satisfeito de nós podermos contribuir com os estados irmãos. Estamos juntos no mesmo barco e vamos transformar o Sudeste em uma referência de Segurança Pública", disse Romeu Zema.

A decisão de instalar a unidade na capital paulista foi tomada pelo MJSP no final de 2020, após o Governo de São Paulo se prontificar a recebê-la. Com a inauguração, a previsão é que o centro seja composto por um coordenador nomeado pelo MJSP e representantes das polícias Civil e Militar de cada estado da Região Sudeste. Além disso, São Paulo irá conceder agentes da Secretaria da Segurança Pública (SSP) e de Administração Penitenciária (SAP), bem como um coordenador adjunto, que será o coordenador técnico do CIISPR.

Nota

SÃO PAULO APLICA DOSE DE REFORÇO PARA IDOSOS ACIMA DE 70 ANOS

A cidade de São Paulo começou ontem, a aplicação da dose adicional da vacina contra a Covid-19 para idosos acima de 70 anos de idade. Estão elegíveis aqueles que tomaram a segunda dose ou a dose única há mais de seis meses. Essa nova etapa será feita com o imunizante da Pfizer. O público estimado é de 174.198 pessoas. Segundo a prefeitura, até as 13h do último sábado, a capital já havia aplicado 97.257 doses de reforço. A vacinação também segue liberada para pessoas com mais de 18 anos que tenham alto grau de imunossupressão. Para esse grupo, com mais de 18 mil cidadãos, é preciso ter tomado a última dose do esquema vacinal (segunda dose ou dose única) há pelo menos 28 dias. A população pode acompanhar a disponibilidade de segundas doses dos imunizantes por meio da plataforma De Olho na Fila.

Nota

PROTESTOS CONTRA BOLSONARO TÊM 76 CIDADES CONFIRMADAS

As manifestações contra o presidente Jair Bolsonaro convocadas para o próximo dia 2 de outubro estão confirmadas em 76 cidades e 10

países. As informações dos locais dos atos são das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Além de protestos em 24 estados e no Distrito Federal, países como Alemanha, Argentina, Canadá, Estados Unidos e Espanha receberão os encontros organizados pela oposição ao presidente.

**VENDA DA CEDAE**

RJ lança consulta pública de concessão para saneamento

O Governo do Estado coloca em consulta pública, na próxima quinta-feira, o edital e os demais documentos que constituem a modelagem da nova concessão de saneamento. O objetivo é que a sociedade civil colabore com a construção do documento. O prazo da consulta vai de 30 de setembro a 30 de outubro. Também serão realizadas duas audiências públicas, nos dias 13 e 15 de outubro. O lançamento do edital está previsto para novembro, e o leilão, programado para o fim de dezembro.

Será possível ter acesso a todos os documentos e estudos realizados pela Secretaria de Estado da Casa Civil, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que constituem a nova modelagem para universalização dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

"Esse é um passo importante para a realização do leilão, em um processo muito transparente que está sendo feito em parceria com o BNDES. Tenho certeza que, da mesma forma que aconteceu com os outros três blocos já concedidos, haverá muito interesse por parte dos

investidores, repetindo o sucesso do primeiro leilão", afirmou o governador Cláudio Castro.

"A participação popular é essencial para garantir a transparência do processo. Temos certeza que, com a contribuição de todos os agentes interessados em melhorar a vida da população, teremos um resultado tão bom quanto o dos leilões de abril", explicou o secretário de Estado da Casa Civil, Nicola Miccione.

Durante o prazo da consulta pública, os interessados poderão acessar a documentação e demais informações, bem como encaminhar comentários e sugestões pelo site www.concessaosaneamentorj2021.rj.gov.br.

O novo bloco conta agora com 19 cidades já confirmadas: Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itaperuna, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Ostras, Rio de Janeiro (Zona Oeste/AP-5), São Fidélis, São José de Ubá, Seropédica, Trajano de Moraes e Vassouras. O Governo convidou todos os municípios que não participaram, e até o lançamento do edital novas cidades poderão aderir.

SUDESTE

Castro participa da inauguração de CISP

O governador Cláudio Castro participou, ontem, da inauguração do Centro Integrado de Segurança Pública Regional (Sudeste), em São Paulo. Ligado ao Ministério da Justiça, o órgão vai integrar as agências de inteligência do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para que a troca de informações seja mais rápida. O serviço também ficará interligado a mais de 400 bases de dados das 27 unidades federativas do país que fazem parte do Centro Integrado de Inteligência Nacional

(CIISP-N). O principal foco é o combate ao crime organizado.

Cláudio Castro foi acompanhado dos secretários de Polícia Civil, Allan Turnowski; Polícia Militar, coronel Luiz Henrique Marinho Pires; Defesa Civil, coronel Leandro Monteiro; Administração Penitenciária, Fernando Veloso; Gabinete de Segurança Institucional do Governo (GSI), Marcelo Bertolucci; além do secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Vinícius Farah.

TRANSCOOTOUR COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔMOS DE TURISMO DORIO DE JANEIRO.
CNPJ nº 36.095.792/0001 - 72 NIRE nº 33.4.0000395 1

ERRATA**COMUNICADO**

Comunicamos que o **Edital de Convocação para Assembleia Geral** do dia 17 03 2020 publicado no **DIÁRIO DO ACIONISTA**, página 07 em 5 de março de 2020 está com o texto **ERRADO** referente a **ORDEM DO DIA**, onde se lê **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, leia se; **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2021.
Marcelo Baptista Chiaradia de Oliveira
Diretor Presidente e Operacional

VIDA & SAÚDE COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

CNPJ N.º: 35.279.727/0001-34

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A Diretora-Presidente da VIDA & SAÚDE COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., vem convocar os cooperados para **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** a ser realizada às 9:00h do dia 15.10.2021, no auditório do complexo Espaço Executivo, situado na Rua Conselheiro Saraiva, nº. 28, 10º andar, auditório 1001, Centro, Rio de Janeiro-RJ, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (a) prestação de contas dos órgãos de administração do ano de 2020, com apresentação de balanço e demonstrativo de resultado dos respectivos exercícios; (b) destinação das sobras eventualmente apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da sociedade; (c) eleição de Conselho Fiscal para mandato anual como previsto no artigo 33 do Estatuto Social; (d) alteração do Estatuto Social para incluir alínea "i" ao artigo 8º, com a seguinte proposta de redação: "Receber financiamento através da cooperativa para aquisição de equipamento de proteção individual e jaleco, mediante restituição não superior a 10 meses, através de desconto sobre a produção e sem cobrança de juros."; (e) divulgação do plano de benefícios já negociados em favor dos associados por atendimento na Clínica RS Estética, situada na Av. Gov. Leonel Brizola, 785, Palhada, Nova Iguaçu e o andamento das negociações para estabelecimento de benefícios junto a Clínica Orthopride e a Farmácia Pacheco de Madureira; (f) alteração mediante aprovação ad referendum da sede social da Rua Carolina Machado, nº. 380, sala 305, Madureira para Av. Ministro Edgard Romero, nº. 176, grupo 503, Madureira, com consequente alteração do artigo 1º, I do Estatuto Social, (g) objetivando a racionalização administrativa e a maximização da distribuição de sobras a alteração dos incisos do artigo 37 do Estatuto Social, com a seguinte proposta de redação: "Art. 37 - VIDA & Saúde constitui, obrigatoriamente, os seguintes fundos: I - Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas eventuais da cooperativa de qualquer natureza e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído por percentual que não será menor do que 3% (três por cento) das sobras líquidas do exercício; II - Fates - Fundo De Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos cooperados e familiares, constituídos por percentual que não será menor que 2% (dois por cento) das sobras líquidas do exercício. III - Furca - Fundo único de reserva de contingência e apoio ao cooperado, a benefício de repouso remunerado e auxílio de afastamento e ao adiantamento de produção cooperativista, e/ou geração de benefícios, e/ou equilíbrio de fluxo de caixa, constituído por no 1% (um por cento) da taxa de administração de todos os contratos firmados pela cooperativa; (h) objetivando a racionalização administrativa a alteração dos incisos do parágrafo terceiro do artigo 35 do Estatuto Social, com a seguinte proposta de redação: **Parágrafo Terceiro** - A abertura e movimentação de contas em bancos e a assinatura de cheques será promovido por apenas 01 (um) dos Diretores: o Presidente e um dos outros membros que compõem a Diretoria, e na falta de Presidente, pelo Diretor Financeiro e outro indicado por esse conselho. (i) assuntos gerais. A Assembleia iniciará os trabalhos, em primeira convocação, às 09:00h, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; em segunda convocação, às 9:30h, com a presença de metade mais um dos cooperados; em terceira convocação, às 10:00h, com a presença de, pelo menos, 10 (dez cooperados).

VIOLÊNCIA

EUA têm crescimento recorde de assassinatos

O total de homicídios disparou nos Estados Unidos no ano passado, primeiro ano da pandemia de Covid-19, e regrediu a níveis de mais de duas décadas atrás, segundo dados divulgados pelo FBI (equivalente à polícia federal americana).

Com 21.500 assassinatos em 2020, último ano do governo do republicano Donald Trump, a taxa de mortes nos EUA foi de 6,5 homicídios para cada 100 mil habitantes. Desde 1998 o país não registrava um número tão alto, segundo dados da agência americana, e de 1999

em diante esse número sempre ficou abaixo de 6.

Ainda que em alta, os números estão bem abaixo dos registrados no Brasil, um dos países mais violentos do mundo. Por aqui, os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam para 23,6 assassinatos a cada 100 mil habitantes no mesmo ano de 2020. Por aqui, o número de homicídios também subiu no primeiro ano da pandemia após dois anos em queda.

Os dados do governo americano mostram também que este é o maior aumento entre um

ano e outro da série histórica do FBI. Houve um aumento de 27,4% em relação ao dado de 2019, quando os EUA registraram taxa de 5,1 homicídios por 100 mil pessoas.

O número real, no entanto, pode ser ainda maior. Isso porque o FBI coleta dados de órgãos locais responsáveis por lidar com dados da violência e, das 18,619 entidades cadastradas, 15,897 (85%) enviaram estatísticas à agência.

Ao longo do tempo, a distribuição geográfica da violência mudou. Segundo o jornal americano New York Time, as cidades

de Los Angeles em Nova York sozinhas contabilizavam 13,8% dos assassinatos nos Estados Unidos em 1990. Em 2020, as duas somam 3,8% das mortes no país.

O número divulgado nesta segunda foi puxado pelo aumento da violência em algumas cidades americanas, como Albuquerque (Novo México), Memphis (Tennessee), Milwaukee (Wisconsin) e Tulsa (Oklahoma), que bateram recordes históricos de assassinato, jornal. Todo o país registrou aumento da violência, no entanto, com a Luisiana com os níveis mais altos proporcionalmente à população.

REPRESSÃO

Lei antiterrorismo de Bolsonaro vai ser denunciada à ONU

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

Entidades brasileiras de direitos humanos denunciarão à alta comissão para direitos humanos da ONU, Michelle Bachelet, a celeridade dada à tramitação de uma nova lei antiterrorismo

que ampliaria a definição desse crime e os poderes do chefe do Executivo ao mesmo tempo.

A proposta, do deputado bolsonarista Vitor Hugo (PSL-GO), foi aprovada em comissão especial da Câmara e já pode ser votada em plenário.

"O projeto cria um sistema paralelo de vigilância e repressão comandado pelo presidente da República, o que poderá provocar uma sistemática violação da privacidade da população e colocar em risco os opositores do governo", afirmam as organi-

zações Conectas Direitos Humanos, Artigo 19, Terra de Direitos e Rede Justiça Criminal.

No último dia 13, as mudanças na lei antiterrorismo foram criticadas por Bachelet durante sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

SUDESTE**ELEIÇÕES**

Número de deputados salta para 735 na Alemanha

ANA ESTELA DE SOUSA PINTO/FOLHAPRESS

Ao final da eleição mais disputada e imprevisível da história alemã no pós-guerra, o número de assentos do Bundestag (equivalente à Câmara dos Deputados) chegou a um número recorde: 735 representantes devem compor o Parlamento, segundo boletim oficial.

É um aumento de 3,7% sobre a legislatura anterior e um Parlamento 23% maior que as 598 vagas previstas. Isso acontece por causa do sistema eleitoral alemão, que une dois tipos de representação - um por distrito e outro proporcional.

O problema do inchaço é que ele torna o trabalho parlamentar

menos eficiente, com comissões muito grandes e mais ruído nas negociações. Assessores legislativos que estudaram o funcionamento parlamentar recomendaram que o número de cadeiras fosse de no máximo 600.

No ano passado, uma reforma para restringir o inchaço não foi adiante no Bundestag. O número desta eleição, contudo, ainda ficou abaixo de previsões de especialistas, como a do professor de matemática da Universidade de Stuttgart Christian Hesse, que chegou a prever 860 cadeiras, com base nas pesquisas de intenção de voto.

O Partido Social Democrata, de centro-esquerda, elegeu o maior número de deputados: 206, um crescimento de 35% so-

bre a legislatura anterior e dez assentos a mais que os de sua principal concorrente, a União (CDU/CSU), de centro-direita.

A conservadora União, partido da primeira-ministra Angela Merkel, perdeu 24% de seus assentos, obtendo a menor representação desde o pós-guerra.

Como nenhum partido sozinho chegou aos 368 deputados necessários para garantir a maioria, as siglas tentarão na próxima semana fechar coalizões que lhe garantam governar. Tanto o social-democrata Olaf Scholz quanto o candidato da União, Armin Laschet, podem terminar escolhidos como o sucessor de Merkel, que fica no cargo até que o plenário aprove um novo nome.

AFEGÃOS

Exigências de embaixadas inviabilizam visto humanitário

FLÁVIA MANTOVANI E MAYARA PAIXÃO/FOLHAPRESS

Novas exigências feitas por embaixadas brasileiras estão inviabilizando a obtenção do visto humanitário por afegãos que fogem do Talibã, afirmam entidades e pessoas que tentam requerer o documento desde que a possibilidade foi anunciada pelo governo federal, no último dia 3.

Apesar de a portaria que regulamenta o visto determinar que os solicitantes apresentem quatro documentos - passaporte, comprovante de meio de transporte para o Brasil, atestado de antecedentes criminais e formulário oficial preenchido -, eles agora estão tendo de provar que serão mantidos durante ao menos seis meses por alguma organização que banque uma longa lista de despesas.

Entre as exigências, estão plano de saúde e dentário, renda mensal, hospedagem, alimentação, transporte, teste PCR para

Covid-19 e custos para revalidação de diplomas, por exemplo.

Segundo a Defensoria Pública da União (DPU), os novos requisitos são ilegais. A entidade enviou uma petição na sexta-feira passada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), solicitando modificação dos critérios e mais transparência nas informações sobre o processo.

Questionado desde a sexta-feira sobre quantos vistos humanitários já foram emitidos e sobre o motivo dos novos requisitos de organização patrocinadora, o Itamaraty não respondeu até a publicação da reportagem. Grupos de ajuda a refugiados e membros da comunidade afegã em São Paulo dizem que estão confusos em relação ao passo a passo do processo para obter o visto e que até agora não têm notícia de ninguém que tenha conseguido resposta.

A lista de novas exigências foi publicada na última semana no site oficial da embaixada do Bra-

sil no Paquistão, uma das que podem conceder o documento - não há representação diplomática brasileira no Afeganistão. No dia 22, o texto foi retirado do site, sem a publicação de correção ou esclarecimento.

Uma fonte do Itamaraty familiarizada com o caso afirmou que se tratava de um erro que seria corrigido, mas dois dias depois a mesma informação foi enviada pela embaixada no Irã a uma entidade que atende refugiados em São Paulo. A embaixada em Ancara, na Turquia, também tem solicitado a mesma lista em resposta a pedidos de informação sobre o visto.

Outra exigência feita por ao menos uma das embaixadas - de Islamabad - é de que os requerentes apresentem o carimbo de entrada legal no Paquistão, algo que na prática é quase impossível, já que a fronteira está fechada e são abertas poucas exceções, segundo relatos de quem está no Afeganistão.

PORTUGAL

Lisboa: direita surpreende e vence Partido Socialista

GIULIANA MIRANDA/FOLHAPRESS

Contrariando as previsões das principais pesquisas eleitorais - que apontavam uma reeleição confortável do atual presidente da Câmara Municipal (cargo equivalente a prefeito), o socialista Fernando Medina, a coligação liderada pelo Partido Social-Democrata, de centro-direita, venceu as eleições municipais do último domingo em Lisboa. O ex-comissário europeu Carlos Moedas levou a preferência de cerca de 34,2% dos lisboetas, enquanto o atual prefeito garantiu 33,3% dos votos. Uma diferença de apenas 2.299 votos na capital portuguesa. "Ganhamos contra tudo e contra todos", discursou, emocionado, após a confirmação da vitória, já na madrugada de ontem.

Apesar de comandar a Prefeitura, Moedas terá de lidar com um cenário de maioria de esquerda entre os vereadores.

O resultado foi considerado um revés político importante para o Partido Socialista. A legenda governava Lisboa desde 2007, quando o atual primeiro-ministro, António Costa, assumiu o poder na cidade. Ao deixar o cargo em busca da candidatura nacional, em 2015, foi sucedido por Fernando Medina, que conseguiu se reeleger em 2017. Bem-avaliado pelos moradores da cidade durante praticamente todo o mandato, Medina teve sua imagem abalada em junho, quando uma reportagem do jornal Expresso revelou que o executivo municipal repassara à embaixada da Rússia informações de ativistas pró-democracia que organizaram protestos contra Vladimir Putin em Lisboa.

Ao reconhecer o mau resultado, Fernando Medina procurou desvincular a situação de Lisboa do cenário nacional do Partido Socialista, afirmando que a derrota era "pessoal e intransmissível". Os resultados gerais dos socialistas, no entanto, ficaram aquém das últimas eleições municipais.